



2º SIMULADO

TRE PA

TÉCNICO ADMINISTRATIVO



Simulado Especial

2º Simulado TRE-PA (Técnico Administrativo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRE-PA;
- 2 – A prova contém **80 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com alternativas a, b, c e d.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estrátégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estrátégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TRE-PA-Técnico-05-01-20>

- | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D |

PORTUGUÊS**TEXTO I**

Leia o texto abaixo para responder as questões 1 a 7.

A Lei da Ficha Limpa, em vigor desde 2010, determina a inelegibilidade, por um período de oito anos, de políticos cassados, condenados em processos criminais em segunda instância - como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado e preso na Operação Lava Jato - ou que tenham renunciado para evitar a cassação, como cogitou fazer o deputado Paulo Maluf (PP-SP).

A Ficha Limpa alterou a Lei de Inelegibilidade, que vetava candidaturas de condenados pela Justiça Eleitoral quando não havia mais recursos cabíveis, trazendo exigências mais rigorosas aos parâmetros já aplicados. Uma das principais críticas ao modelo anterior é que poderia levar anos até que um caso fosse finalizado pelos tribunais. Assim, com o passar do tempo, era comum que os crimes prescrevessem e o político acusado continuasse atuando. Com a Ficha Limpa, permitiu-se que um condenado em segunda instância possa ter a candidatura barrada, mesmo que ainda não tenha esgotado todos os recursos em tribunais superiores, caso do ex-presidente Lula.

A lei veta a candidatura de indivíduos envolvidos em crimes eleitorais; abuso de autoridade; contra a administração pública, o patrimônio privado, o sistema financeiro e o mercado de capitais; compra de votos; doações ilegais; prática e organização criminosa, bando ou quadrilha; tráfico; crimes hediondos; tortura; terrorismo; lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos e valores; entre outros.

A medida atinge presidentes, governadores, prefeitos, servidores públicos, magistrados e integrantes do Ministério Público. Ela surgiu de uma iniciativa popular que reuniu 1.604.815 assinaturas em apoio ao projeto.

01. Após a leitura, assinale a alternativa incorreta, ou seja, que não condiz com o texto.

- a) Políticos cassados, condenados em processos criminais em segunda instância são inelegíveis por força da Lei da Ficha Limpa
- b) Políticos que tenham renunciado para evitar a cassação são inelegíveis por força da Lei da Ficha Limpa.
- c) A Lei da Ficha Limpa prevê pena de inelegibilidade com período de até 8 anos após o candidato esgotar todos os recursos em tribunais superiores.
- d) A Lei da Ficha Limpa não se aplica apenas a políticos, mas também a servidores públicos.

02. Uma inferência válida a partir do texto consta em:

- a) A Lei de Inelegibilidade versava sobre o tema de maneira menos restritiva.
- b) A Lei da Ficha Limpa impede a renúncia de políticos sujeitos à cassação.
- c) O povo pressionou o Poder Legislativo a tomar iniciativa para a criação da lei.
- d) Apenas 1.604.815 eleitores, parte pequena da população, foi a favor da criação da lei.

03. Observe: “A Ficha Limpa alterou a Lei de Inelegibilidade, que vetava candidaturas de condenados pela Justiça Eleitoral quando não havia mais recursos cabíveis, trazendo exigências mais rigorosas aos parâmetros já aplicados.”

Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, a classificação das palavras destacadas.

- a) artigo, pronome, advérbio, verbo, advérbio.
- b) preposição, conjunção, verbo, interjeição.
- c) artigo, pronome, advérbio, verbo, pronome.
- d) artigo, conjunção, advérbio, verbo, advérbio.

04. Observe: “era comum que os crimes prescrevessem e o político acusado continuasse atuando”. De acordo com as regras de Sintaxe da Oração e Período, assinale a alternativa correta.

- a) No enunciado, há a presença de oração coordenada substantiva subjetiva.
- b) No enunciado, há a presença de oração subordinada substantiva objetiva direta.
- c) No enunciado, há a presença de oração coordenada completiva nominal.
- d) No enunciado, há a presença de oração subordinada substantiva subjetiva.

05. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas abaixo.

“Na ___ parlamentar, foram discutidas algumas _____ ao crime de _____. A _____ de territórios aos índios não entrou em pauta, porque a votação foi _____.”

- a) sessão, exceções, extorsão, cessão, paralisada.
- b) sessão, exceções, extorsão, cessão, paralisada.
- c) sessão, exceções, extorsão, seção, paralisada.
- d) seção, exceções, extorsão, cessão, paralisada.

06. Observe: [...] “Assim, com o passar do tempo, era comum que os crimes prescrevessem e o político acusado continuasse atuando.”

Assinale a alternativa correta quanto à classificação sintática da expressão destacada.

- a) aposto.
- b) predicativo do sujeito.
- c) adjunto adverbial.
- d) adjunto adnominal.

07. De acordo com as regras de Regência Verbal, assinale a alternativa correta.

- a) Por mais rigorosa que seja uma lei, os políticos não obedecem suas regras.
- b) Naquele concurso, todos aspiravam a uma das primeiras colocações.
- c) Quando o político vai no Congresso Nacional, articula suas possibilidades de renúncia.
- d) Quando assistimos o noticiário, não há muito o que comemorar.

TEXTO II

A Outra Noite

Outro dia fui a São Paulo e resolvi voltar à noite, uma noite de vento sul e chuva, tanto lá como aqui. Quando vinha para casa de táxi, encontrei um amigo, o Waldisney, e o trouxe até Copacabana; e contei a ele que lá em cima, além das nuvens, estava um luar lindo, de lua cheia; e que as nuvens feias que cobriam a cidade eram, vistas de cima, enluaradas, colchões de sonho, alvas, uma paisagem irreal.

Depois que o meu amigo desceu do carro, o chofer aproveitou o sinal fechado para voltar-se para mim:

-O senhor vai desculpar, eu estava aqui a ouvir sua conversa. Mas, tem mesmo luar lá em cima?

Confirmei: sim, acima da nossa noite preta e enlameada e torpe havia uma outra - pura, perfeita e linda.

-Mas, que coisa...

Ele chegou a pôr a cabeça fora do carro para olhar o céu fechado de chuva. Depois continuou guiando mais lentamente. Não sei se sonhava em ser aviador ou pensava em outra coisa.

-Ora, sim senhor...

E, quando saltei e paguei a corrida, ele me disse um "boa noite" e um "muito obrigado ao senhor" tão sinceros, tão veementes, como se eu lhe tivesse feito um presente de rei.

https://www.pensador.com/cronicas_de_rubem_braga/
a/ com adaptações

08. De acordo com o texto, é correto afirmar que

- a) o narrador é também personagem e descreve uma paisagem sob outro ângulo.
- b) o chofer não ficou impressionado com o relato do narrador.
- c) o amigo mencionado no texto ficou incrédulo em relação à descrição do céu.
- d) o taxista pôs a cabeça para fora para conferir se realmente chovia.

09. Assinale a alternativa em que se encontra uma inferência válida a ser feita a partir do texto.

- a) O amigo do narrador era carioca.
- b) O motorista do taxi tinha desejo de ser aviador.
- c) O taxista levou mais de um passageiro na mesma corrida.
- d) A noite de São Paulo é mais bela que a do Rio de Janeiro.

10. Considerando sua organização e tipologia, o texto é classificado como predominantemente

- a) dissertativo
- b) narrativo
- c) descritivo
- d) injuntivo

11. Considere a seguinte sentença: “Quando vinha para casa de táxi, encontrei um amigo e me dispus a trazê-lo até Copacabana”.

Assinale a alternativa que apresenta a regra correta que justifica o uso da expressão pronominal em destaque.

- a) Próclise – uso do pronome após o verbo em enunciados afirmativos no pretérito imperfeito.
- b) Ênclise – uso do pronome após o verbo no infinitivo impessoal regido por preposição.
- c) Mesóclise – uso do pronome após o verbo em enunciados afirmativos no presente do indicativo.
- d) Próclise – uso do pronome após o verbo em enunciados afirmativos no pretérito perfeito.

12. De acordo com o texto e com a Gramática Normativa da Língua Portuguesa, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. A partícula “se” em “voltar-se” (2º parágrafo) é um pronome recíproco.
- II. A palavra “outra” presente no título classifica-se morfologicamente como adjetivo.
- III. O pronome oblíquo átono “o” em “e o trouxe até Copacabana” (1º parágrafo) possui função de objeto direto e se refere a “amigo”.
- IV. Em “eu estava aqui a ouvir sua conversa” (3º parágrafo), a expressão “a ouvir” denota continuidade da ação.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

13. Assinale a alternativa em que apenas uma palavra segue a mesma regra de acentuação do vocábulo: maleável

- a) cascavel, lápis, matemática, Rússia.
- b) história, hipótese, metrópole, denúncia.
- c) fundamental, língua, período, enciclopédia.
- d) míssil, ateu, incólume, pernóstico.

14. Analise o trecho: “Quando vinha para casa de táxi, encontrei um amigo, o Waldisney, e o trouxe até Copacabana”. Assinale a alternativa que apresenta a classificação sintática da expressão em destaque.

- a) aposto.
- b) sujeito.
- c) predicativo.
- d) vocativo.

15. No segmento: “Não sei se sonhava em ser aviador ou pensava em outra coisa”, o elemento em destaque se classifica como

- a) conjunção condicional
- b) conjunção integrante
- c) conjunção causal
- d) conjunção concessiva

INFORMÁTICA

16. Sobre internet, extranet e intranet, assinale a alternativa incorreta:

- a) A internet é um sistema global de redes de computadores interligadas que utilizam um conjunto próprio de protocolos com o propósito de servir progressivamente usuários do mundo inteiro.
- b) A intranet é uma rede dentro de uma organização que usa tecnologias e protocolos da Internet, mas está disponível somente para determinadas pessoas, como os funcionários de uma empresa.
- c) Quando uma rede de computadores de uma determinada organização se comunica uma rede de outra organização, temos a representação de uma extranet.
- d) A internet é composta basicamente de intranets e extranets espalhadas pelo mundo formando a rede mundial de computadores.

17. Dentre os diversos critérios de busca e pesquisa, as aspas são utilizadas quando o usuário deseja:

- a) pesquisar algo ignorando algum tipo de significado atribuído a uma palavra, isto é, excluindo uma gama de definição.
- b) pesquisar resultados somente em um determinado site.
- c) pesquisar um termo exatamente da maneira em que foi escrito da barra de busca.
- d) pesquisar dentro de um intervalo de números.

18. Um tipo de código malicioso que torna inacessíveis os dados armazenados em um equipamento, geralmente utilizando criptografia, e que exige pagamento de um resgate para restabelecer o acesso ao usuário – trata-se de uma espécie de extorsão virtual. O conceito acima pode ser atribuído a que tipo de Malware?

- a) Ransomware
- b) Worms
- c) Vírus Stealth
- d) Keyloggers

19. Assinale a alternativa abaixo que não descreve corretamente um recurso do Microsoft Office Word:

- a) SmartArt: insere um elemento gráfico SmartArt. Serve para comunicar informações visualmente. Os elementos variam desde listas gráficas e diagramas de processos até gráficos mais complexos.
- b) Instantâneo: permite escolher um novo tema para dar uma personalidade e estilo instantâneos.
- c) Indicador: permitem saltar para um local específico no documento.
- d) Idioma: escolhe o idioma para ferramentas de revisão de texto, como verificação ortográfica.

20. Dada a tabela a seguir, é possível afirmar que a fórmula =CONT.SE(D2:D7;">4499") retornará como resultado:

	A	B	C	D
1	Produto	Trim 1	Trim 2	Total Gera
2	Chocolate	R\$ 744,60	R\$ 162,56	R\$ 907,16
3	Bala de goma	R\$ 5.079,60	R\$ 1.249,20	R\$ 6.328,80
4	Pão escocês	R\$ 1.267,50	R\$ 1.062,50	R\$ 2.330,00
5	Scones do Sr. Diogo	R\$ 1.418,00	R\$ 756,00	R\$ 2.174,00
6	Torta de açúcar	R\$ 4.728,00	R\$ 4.547,92	R\$ 9.275,92
7	Biscoitos de chocolate	R\$ 943,89	R\$ 349,60	R\$ 1.293,49
8	Total	R\$ 14.181,59	R\$ 8.127,78	R\$ 22.309,37

- a) 2
- b) 15.604,72
- c) 4
- d) 2.174,00

21. Uma importante recomendação de segurança para usuários do Windows 10 é bloquear a tela caso tenha que se ausentar da estação de trabalho sem precisar desligar o computador. O atalho que permite realizar essa função é:

- a) WINKEY + B
- b) WINKEY + G
- c) WINKEY + L
- d) WINKEY + T

22. Sobre o Modelo OSI, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Camada de Enlace de dados é responsável por definir especificações elétricas e físicas da conexão de dados de forma orientada à hardware.
- b) A Camada de Rede é responsável por endereçar os pacotes para o computador de destino, além de realizar o roteamento entre fonte e destino baseado nas condições atuais da rede, na prioridade dos serviços, entre outros.
- c) A Camada de Transporte é responsável por organizar os dados em segmentos e que eles cheguem ao destino livre de erros independentemente do tipo, topologia ou configuração de rede.
- d) A Camada de Sessão é responsável por permitir que duas ou mais aplicações em computadores diferentes possam abrir, usar e fechar uma conexão – chamada sessão.

23. Sobre o Google Chrome, não podemos afirmar que:

- a) O atalho CTRL + TAB permite alternar para a aba seguinte.
- b) O atalho CTRL + N abre uma nova janela.
- c) O atalho CTRL + ENTER adiciona “www” e “.com” ao endereço digitado.
- d) O atalho CTRL + A atualiza a página atual.

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

24. Considerando o regime jurídico disciplinado na Lei federal 8.112/1990, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) a quitação com as obrigações eleitorais é requisito básico para investidura em cargo público.
- b) a investidura em cargo público opera mediante a assinatura de contrato de trabalho.
- c) é possível que o servidor federal seja cedido para exercício de cargo em comissão em órgão estadual, hipótese em que o ônus recairá sobre o cessionário.
- d) a remoção do servidor, para outra localidade, ocorrerá independentemente do interesse da Administração em virtude de processo seletivo em que o número de interessados for superior ao número de vagas.

25. Sobre as hipóteses de provimento e vacância previstas na Lei 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- a) recondução é o retorno do servidor estável ao cargo que ocupava e do qual foi ilegalmente desligado.
- b) a prática de falta grave sujeita o servidor público à exoneração do cargo.
- c) a readaptação, a promoção e a ascensão funcional são hipóteses de provimento do cargo público legalmente admitidas.
- d) diferentemente da recondução, a reintegração implica o ressarcimento das vantagens relativas ao período em que o servidor permaneceu fora do cargo.

26. Para que possa exercer sua capacidade eleitoral passiva, o servidor público federal terá direito a uma licença:

- a) com remuneração, durante o período que mediar a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- b) sem remuneração, durante o período que mediar a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e décimo dia seguinte ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- c) sem remuneração, durante o período que mediar a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- d) com remuneração, a partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, não podendo tal período extrapolar a duração de seis meses.

27. Tício e Caio, ambos servidores efetivos do TRE-PA, foram se consultar com Mévio, cientes de que haviam cometido infrações funcionais capituladas na Lei 8.112/1990. Tício agrediu fisicamente um colega de trabalho, durante o serviço, sem qualquer motivo para tanto. Mévio, por sua vez, ausentou-se do serviço durante o expediente, para ir até o porto de Santarém, sem prévia autorização do chefe imediato.

Como eles nunca haviam sido sancionados anteriormente, Mévio os orientou que estariam sujeitos às sanções administrativas previstas na lei federal por até:

- a) 5 anos e 2 anos, respectivamente, contados da data em que os fatos se tornaram conhecidos.
- b) 5 anos e 180 dias, respectivamente, contados da data dos fatos.
- c) 2 anos e 180 dias, respectivamente, contados da data em que os fatos se tornaram conhecidos.
- d) 5 anos e 180 dias, respectivamente, contados da data em que os fatos se tornaram conhecidos.

28. Constitui ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao erário o comportamento do agente público que:

- a) doar bens públicos a entidades com finalidade assistencial, observando as formalidades legais aplicáveis.
- b) agir diligentemente na arrecadação de tributo ou renda.

- c) conceder benefício administrativo sem a observância das formalidades aplicáveis.
- d) frustrar a licitude de concurso público.

REGIMENTO INTERNO TRE/PA

29. Segundo consta do Regimento Interno do TRE independem de distribuição os seguintes expedientes, exceto:

- a) designação de serventias para os Cartórios Eleitorais de cada Zona.
- b) designação de Juízes Eleitorais.
- c) requisição e à disposição de servidores.
- d) requisição de força necessária ao cumprimento das decisões de Juízes Eleitorais.

30. Sobre a prevenção, assinale a alternativa correta:

- a) A prevenção poderá ser reconhecida pelo Relator ou verificada pela Secretaria, mediante requisição.
- b) O membro eleito Presidente continuará como Relator ou Revisor dos processos em que tiver pedido dia ou apresentado em mesa para julgamento.
- c) A indicação de prevenção na petição inicial ou no recurso vincula a Secretaria do Tribunal na sua efetivação.
- d) Em caso de término de mandato de relator prevento, não persistirá a prevenção para o membro substituto ou para o nomeado para sucessão.

31. A distribuição será por prevenção nos seguintes casos, exceto:

- a) nas ações e recursos de competência originária do Tribunal, quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, salvo no caso de litisconsórcio com outros autores ou quando sejam parcialmente alterados os réus da demanda.
- b) no caso de restauração de autos.
- c) nos recursos interpostos contra a apuração e a votação, na forma do art.260 do Código Eleitoral.
- d) no caso do Relator do inquérito policial, nas ações penais, inclusive nos casos de concessão de fiança, decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia.

32. Segundo as disposições do Regimento Interno, são atribuições do Relator, exceto:

- a) dirigir inquéritos policiais de competência originária do Tribunal, decidindo todos os pedidos e incidentes a ele relacionados.
- b) determinar às autoridades judiciárias e administrativas, sujeitas à jurisdição do Tribunal, providências referentes à condução do processo, assim como, à execução de seus despachos e decisões, salvo se forem da competência da Corte, do Presidente ou do Corregedor.
- c) determinar o arquivamento do inquérito ou de peças informativas, quando o requerer o Ministério Público, ou submeter o requerimento à decisão competente do Tribunal.
- d) homologar o pedido de desistência, salvo se o feito se ache em pauta ou em Mesa para julgamento.

33. Nos termos do Regimento Interno do TRE-PA, haverá revisão nos seguintes feitos, exceto:

- a) recursos contra expedição de diploma.
- b) ação penal originária e revisão criminal.
- c) na deliberação do Tribunal sobre recebimento de denúncia no julgamento das ações penais originárias.
- d) recursos em sentenças proferidas em feitos criminais, relativos a infrações apenas com reclusão.

34. Sobre as sessões do TRE-PA, assinale a alternativa correta:

- a) O Tribunal reunir-se-á em sessões extraordinárias, no mínimo oito vezes por mês e; em ordinárias, sempre que se fizer necessário, por convocação do Presidente ou do próprio Tribunal, com designação de dia e hora em que se realizarão, anunciados pela imprensa oficial, sempre que possível.
- b) As Sessões ordinárias ocorrerão às terças e quintas-feiras, às oito horas e trinta minutos, salvo quando esses dias forem feriados, ou, ainda, por justo motivo de impedimento, devendo, nessas hipóteses, serem realizadas em outro dia determinado pelo Plenário.
- c) Durante as Sessões, o Presidente ocupará o centro da mesa, sentando-se à sua direita o Vice-Presidente e, à esquerda, o Secretário ou quem suas vezes fizer; seguir-se-ão, do lado direito, o Procurador Regional Eleitoral, e a esquerda o Juiz Federal, e em seguida os Juízes de Direito e, finalmente, os dois Juízes da classe dos juristas, na

ordem de antiguidade, alternadamente, à direita e à esquerda do Presidente.

- d) Nas sessões solenes do Tribunal, será, sempre que possível, entoado o hino nacional.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

35. São princípios expressos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, exceto:

- a) a igualdade entre o homem e a mulher.
- b) o desenho universal.
- c) o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade.

36. Sobre o Direito à Saúde da Pessoa com Deficiência, nos termos do Decreto no 3.298/1999, é correto afirmar que:

- a) É considerado parte integrante do processo de reabilitação o provimento de medicamentos que favoreçam a estabilidade clínica e funcional e auxiliem na limitação da incapacidade, na reeducação funcional e no controle das lesões que geram incapacidades.
- b) Durante a reabilitação será obrigatoriamente propiciada assistência em saúde mental com a finalidade de permitir que a pessoa submetida a esta prestação desenvolva ao máximo suas capacidades.
- c) Será fomentada a realização de estudos epidemiológicos e clínicos, com periodicidade quinzenal, de modo a produzir informações sobre a ocorrência de deficiências e incapacidades.
- d) Segundo o Decreto no 3.298/1999, a prevenção compreende as ações e medidas orientadas apenas a evitar as causas de todas as deficiências.

37. Sobre a regulamentação dos elementos de urbanização prevista na Lei no 10.098/2000, assinale a alternativa correta:

- a) O passeio público, elemento obrigatório de urbanização e parte da via pública, obrigatoriamente segregado e em nível diferente, destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.
- b) No mínimo 5% de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes em vias públicas, partes e demais espaços de uso público devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.
- c) Os eventos organizados em espaços públicos e privados em que haja instalação de banheiros químicos deverão contar com unidades acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, cujo número mínimo corresponderá a 5% do total.
- d) As vagas destinadas a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção deverão ser em número equivalente a 3 por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

38. Nos termos da legislação vigente:

- a) documentos microfilmados não possuem validade administrativa.
- b) documentos natodigitais com assinatura digital não possuem validade administrativa.
- c) documentos digitalizados podem ser utilizados.
- d) documentos privados são totalmente acessíveis ao poder público

39. Arquivos correntes possuem documentos:

- a) de uso frequente
- b) permanentes
- c) impertinentes
- d) de guarda definitiva

40. Documentos recebidos no protocolo devem ser abertos e compreendidos para a sua indexação, com exceção de:

- a) convites para solenidades
- b) documentos sigilosos e particulares
- c) documentos pertinentes

d) documentos de guarda definitiva

DIREITO CONSTITUCIONAL

41. Considere o seguinte enunciado: “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. O trecho em destaque refere-se a um importante princípio, insculpido no texto da Constituição da República, denominado:

- a) Princípio da Legalidade, o qual difere da Reserva Legal, à medida que esta possui uma acepção mais ampla e genérica do que o primeiro.
- b) Princípio da Reserva Legal Absoluta, que exige a regulamentação direta do assunto por meio de lei formal.
- c) Princípio da Legalidade Estrita, aplicável às relações entre particulares.
- d) Princípio da Legalidade que, ao voltar-se para a disciplina dos atos da Administração Pública, determina que somente poderá ser feito aquilo que estiver autorizado por lei.

42. No que diz respeito ao remédio constitucional denominado habeas data, é correto afirmar que:

- a) É adequado para requerer informações de caráter público que se encontram em poder de órgãos governamentais.
- b) Pode ser utilizado para solicitar a retificação de dados, desde que não se trate de processo sigiloso judicial ou administrativo.
- c) A ação é gratuita e de jurisdição condicionada à prévia negativa da Administração em fornecer a informação pleiteada.
- d) É considerado, também, uma garantia ao direito de certidão.

43. Assinale a alternativa que contém uma afirmação correta a respeito das regras presentes na Constituição da República, acerca dos Ministros do Supremo Tribunal Federal:

- a) O Presidente do STF é, também, membro nato do CNJ e do TSE, presidindo ambos os órgãos.
- b) Os membros da Suprema Corte adquirem vitaliciedade com a posse no cargo, não se aplicando, a eles, a idade máxima de 75 anos para a aposentadoria compulsória.
- c) Serão julgados pelo próprio STF, em caso de crime comum ou de responsabilidade.
- d) Os 11 (onze) ministros deverão ser brasileiros natos, todos sabatinados pelo Senado Federal.

44. No que se refere à isonomia entre brasileiros natos e naturalizados, estabelece a Constituição Federal que:

- a) Deputados e Senadores poderão ser brasileiros naturalizados, ainda que os Presidentes das Casas Legislativas respectivas componham a linha sucessória da Presidência da República.
- b) A proibição à distinção entre natos e naturalizados representa limitação implícita ao poder de reforma de seu texto.
- c) Os portugueses que ostentam a condição de equiparados a brasileiros deverão usufruir dos mesmos direitos atribuídos aos brasileiros natos.
- d) Alguns direitos, a exemplo do ajuizamento de ação popular, não poderão ser usufruídos por estrangeiros e brasileiros naturalizados, por serem privativos de brasileiros natos.

45. Considere as seguintes afirmações:

- I. A chefia dos MPs cabe, unicamente, ao Procurador-Geral da República.
- II. Não há impedimento à substituição de um membro por outro, no exercício de suas atribuições funcionais.
- III. Os pronunciamentos processuais de cada membro não se vinculam aos dos demais.
- IV. Não há que se falar em hierarquia funcional entre o chefe de cada MP e os respectivos membros, ainda que todos estejam submetidos, administrativamente, à chefia de seu Procurador-Geral.

Conforme o que determina a CF/88, são aplicáveis ao Ministério Público:

- a) I, apenas, ao descrever corretamente o princípio da unidade.
- b) II, ao descrever corretamente o princípio da independência funcional.
- c) III e IV, diretamente relacionados ao princípio da Independência Funcional.
- d) I e II, ao descreverem, corretamente, o princípio da indivisibilidade.

46. Assinale a afirmativa que apresenta uma proposição verdadeira acerca das atribuições constitucionalmente conferidas ao Presidente da República:

- a) O Presidente da República poderá editar decreto disciplinando a organização da administração federal, com o poder, inclusive, de revogar lei anterior dispondo de forma contrária.
- b) A extinção de cargos públicos não poderá, em hipótese alguma, ser feita pelos Ministros de Estado.
- c) Ao Advogado-Geral da União poderá ser delegada a atribuição de enviar, ao Congresso Nacional, as propostas orçamentárias previstas na Constituição.
- d) O presidente da República deverá nomear, após aprovação do Senado Federal, o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República.

47. No que diz respeito à criação de novos entes federados na Federação Brasileira, é possível concluir que, conforme o que estabelece a Constituição Federal:

- a) Atualmente, a criação de novos municípios encontra-se impedida.
- b) A criação de entes regionais e locais depende da publicação de estudos de viabilidade, conforme o caso.
- c) Tanto a criação de estados quanto de municípios deve ser feita por meio de Lei Complementar Federal.
- d) Tanto a criação de estados quanto de municípios deve ser precedida de plebiscito, que possui caráter vinculativo apenas no segundo caso.

48. A respeito da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais pertinentes à Administração Pública, pode-se dizer que:

- a) A norma que garante serem acessíveis aos brasileiros e, também, aos estrangeiros, os cargos, empregos e funções públicas, possui plena eficácia, até que venham a ser estabelecidas restrições por meio de lei.
- b) A reserva de cargos para pessoas portadoras de deficiência é estabelecida em norma de eficácia limitada.
- c) O direito de associação sindical e o de greve são garantidos, aos servidores públicos, por meio de normas de eficácia plena.
- d) A norma que estabelece a possibilidade de contratação por tempo determinado, em virtude de necessidade temporária de excepcional interesse público, é de eficácia contida.

DIREITO ADMINISTRATIVO

49. A Administração Pública atua sob diversas estruturas jurídicas. Com relação à organização administrativa, é correto afirmar que:

- a) as autarquias são entidades da Administração Pública criadas por lei específica para realização de atividades de forma centralizada como extensão do órgão que a criou.
- b) a concessão de serviços públicos é exemplo de descentralização mediante serviços.
- c) decorre do princípio da autotutela o controle exercido pela administração central sobre as entidades descentralizadas.
- d) é de competência da justiça federal o julgamento das causas comuns envolvendo autarquias federais.

50. Assinale a alternativa correta no que se refere ao regime jurídico administrativo.

- a) toda atuação do poder público sujeita-se ao regime jurídico administrativo.
- b) o princípio da impessoalidade postula que a publicidade das obras públicas tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social, permitindo-se apenas a menção a nomes e imagens de agentes políticos, mas não de agentes administrativos.
- c) o regime jurídico administrativo é baseado exclusivamente em normas de direito público.
- d) o regime jurídico administrativo tem como pilares os supra princípios da supremacia do interesse público sobre o privado e da indisponibilidade do interesse público.

51. Em relação aos poderes da Administração, assinale a alternativa incorreta.

- a) São fases da atividade de polícia administrativa exclusivamente a legislação, a ordem, a fiscalização e a sanção de polícia.
- b) A expedição de licença para condução de veículos automotores é manifestação do poder de polícia administrativo.
- c) A autoexecutoriedade, quando estiver presente, permite que os atos de polícia sejam executados pelos próprios meios da Administração, prescindindo de prévia autorização judicial.
- d) O poder regulamentar permite ao chefe do Poder Executivo que expeça decretos que regulamentem a execução de leis, competência esta que é indelegável.

52. Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) a decisão de recursos administrativos é competência indelegável, cujo exercício depende de motivação com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que respaldarem o exame recursal.
- b) admite-se a invalidação de ato administrativo discricionário, cujos motivos determinantes posteriormente mostraram-se inverídicos.
- c) são irrevogáveis os atos administrativos que geraram direito adquirido.
- d) os atos ordinatórios são aqueles que emanam do poder de polícia da Administração e tem seus efeitos restritos ao âmbito interno das repartições públicas.

53. Assinale a alternativa que não contém hipótese de dispensa de licitação.

- a) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- b) na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
- c) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- d) para o fornecimento de bens produzidos no País, que envolvam, cumulativamente, defesa nacional e baixa complexidade tecnológica.

54. No que diz respeito ao procedimento licitatório disciplinado na Lei 8.666/1993, assinale a assertiva correta.

- a) a etapa de homologação do procedimento licitatório, conduzida pelo presidente da comissão de licitação, permite ao poder público controlar a legalidade do certame realizado.
- b) desde que atenda ao interesse público, é permitida a utilização de critério sigiloso na etapa de classificação das propostas.
- c) após a divulgação do edital, o documento deverá ser submetido ao departamento jurídico do órgão licitante.
- d) em exceção ao princípio da publicidade, as propostas dos licitantes são sigilosas até o momento de sua abertura.

55. No que diz respeito à estabilidade dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) o servidor público se torna automaticamente estável após 3 anos de efetivo exercício do cargo público.
- b) a estabilidade depende de avaliação especial de desempenho realizada exclusivamente por seu superior hierárquico.
- c) após tornar-se estável, o servidor terá assegurado a vitaliciedade no cargo.
- d) após tornar-se estável, o servidor somente poderá perder o cargo em virtude de decisão judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

56. Em relação ao Controle Legislativo da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) o Tribunal de Contas da União (TCU) é órgão auxiliar do Congresso Nacional, ao qual encontra-se subordinado.
- b) o TCU deve apreciar as contas do Presidente da República, emitindo parecer prévio no prazo de 90 dias a contar do seu recebimento.
- c) o TCU detém competência para realizar auditorias por iniciativa própria.
- d) é do Congresso Nacional a competência para julgar as contas do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

DIREITO ELEITORAL

57. Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, poderá o eleitor:

- a) participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos estados, dos territórios, do Distrito Federal ou dos municípios, ou das respectivas autarquias;
- b) obter passaporte ou carteira de identidade;
- c) renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo;
- d) requerer expedição de carteira de trabalho perante o órgão competente.

58. Sobre o alistamento eleitoral, não se pode afirmar:

- a) Os dados biográficos e biométricos dos eleitores que compõem o cadastro eleitoral poderão ser atualizados, mediante inclusão ou alteração, com informações oriundas de bancos de dados geridos por órgãos públicos, inclusive da Identificação Civil Nacional.
- b) Deve ser consignada OPERAÇÃO 3 – TRANSFERÊNCIA quando o eleitor necessitar alterar local de votação no mesmo município.
- c) A assinatura do requerimento ou a aposição da impressão digital do polegar será feita na presença do atendente da Justiça Eleitoral, que deverá atestar, de imediato, a satisfação dessa exigência.
- d) A Justiça Eleitoral restringirá a divulgação de nome civil dissonante da identidade de gênero declarada no alistamento ou na atualização do cadastro eleitoral.

59. Não pode ser apontada como competência do Tribunal Superior Eleitoral:

- a) autorizar, no Distrito Federal e nas capitais dos estados, ao seu presidente e, no interior, aos juízes eleitorais, a requisição de funcionários federais, estaduais ou municipais para auxiliarem os escrivães eleitorais, quando o exigir o acúmulo ocasional do serviço.
- b) aprovar a divisão dos estados em zonas eleitorais ou a criação de novas zonas.
- c) requisitar força federal necessária ao cumprimento da lei, de suas próprias decisões ou das decisões dos tribunais regionais que o solicitarem, e para garantir a votação e a apuração.
- d) processar e julgar os conflitos de jurisdição entre tribunais regionais e juízes eleitorais de estados diferentes.

60. Sobre a organização da Justiça Eleitoral, aponte a alternativa incorreta:

- a) Os substitutos dos membros efetivos dos tribunais eleitorais serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- b) Os juízes afastados por motivo de licença, férias e licença especial, de suas funções na Justiça Comum, ficarão automaticamente afastados da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente, exceto quando, com períodos de férias coletivas, coincidir a realização de eleição, apuração ou encerramento de alistamento.
- c) O número de juízes dos tribunais regionais não será reduzido, mas poderá ser elevado até onze, mediante proposta do Tribunal Superior, e na forma por ele sugerida.
- d) Exercerá as funções de procurador-geral, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o procurador-geral da República, funcionando, em suas faltas e impedimentos, seu substituto legal.

61. No que se refere às inelegibilidades previstas na Constituição Federal de 1988 e no texto da Lei Complementar 64/1990, aponte a alternativa correta:

- a) A inelegibilidade de pré-candidato, capaz de impedir a disputa de cargo eletivo, tem que se declarada por decisão judicial transitada em julgado por órgão do Poder Judiciário e reconhecida pela Justiça Eleitoral.
- b) A declaração de inelegibilidade do candidato à Presidência da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeito Municipal atingirá o candidato a Vice-Presidente, Vice-Governador ou Vice-Prefeito, pois disputam as eleições por meio de uma chapa.
- c) As transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, serão apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelos tribunais eleitorais ou juízes eleitorais.
- d) O Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito poderão candidatar-se a outros cargos, preservando os seus mandatos respectivos, desde que, nos últimos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, não tenham sucedido ou substituído o titular.

62. Acerca da possibilidade de militares disputarem cargos eletivos, não pode ser apontada como correta:

- a) Se contar menos de dez anos de serviço, o militar deverá afastar-se definitivamente da atividade.
- b) O militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos.
- c) Se o militar contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da posse, para a inatividade.
- d) O mandato eletivo do militar poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

63. Sobre a Lei 9.504/1997, que estabelece normas gerais para as eleições, pode-se afirmar:

- a) Se nenhum candidato alcançar maioria simples na primeira votação, far-se-á nova eleição no último domingo de outubro, concorrendo os dois candidatos mais votados, e considerando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos.
- b) A eleição do Presidente importará a do candidato a Vice-Presidente com ele registrado, não se aplicando essa regra à eleição de Governador.
- c) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o mais idoso.
- d) Nas eleições proporcionais, contam-se como válidos apenas os votos dados a candidatos regularmente inscritos e às legendas partidárias, não sendo computados os brancos e nulos.

64. Levando-se em consideração as regras sobre registro de candidatos, aponte a alternativa incorreta:

- a) Do número de candidatos que os partidos políticos podem registrar nas eleições, deverá ser observado o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.
- b) nos Municípios de até cem mil habitantes cada coligação poderá registrar candidatos no total de até 200% (duzentos por cento) do número de lugares a preencher.
- c) Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- d) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse, salvo quando fixada em dezoito anos, hipótese em que será aferida na data-limite para o pedido de registro.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

65. Temos uma corrente que busca integrar as duas abordagens de gestão por competências em uma só. Assim, o conceito de competências englobaria a aplicação desses conhecimentos, atitudes e habilidades no contexto do trabalho, gerando resultados e a “entrega” de valor à instituição. Essa corrente é a

- a) associativa.
- b) integradora.
- c) completa.
- d) integral.

66. Na Gestão de Pessoas, a competência é utilizada como um acrônimo conhecido como CHA, isto é, uma forma de representar as palavras:

- a) Confiança, Harmonia e Atitudes.
- b) Capacidades, Harmonia e Arejamento.
- c) Competitividade, Hierarquia e Atividades.
- d) Conhecimento, Habilidades e Atitudes.

67. Para que possamos mapear e avaliar as competências organizacionais, precisamos escolher os Fatores-Chave de Sucesso - FCS, que são

- a) comportamentos adequados de seus membros.
- b) As melhores estratégias de negócio.
- c) Atributos específicos aos quais, em cada setor, a organização tem que atender para permanecer no negócio
- d) Produtos inovadores, que permitem que a empresa continue a enfrentar seus concorrentes.

68. A _____ ocorre quando a Administração Pública decide criar órgãos internos, de modo a melhor utilizar os recursos e atender aos cidadãos. Deste modo, o seu “produto” é um órgão sem personalidade jurídica. A delegação de competências ocorre de maneira interna.

- a) desconcentração.
- b) descentralização.
- c) fundação.
- d) delegação.

69. Analisando a administração indireta, a maioria das características de uma sociedade de economia mista se iguala às de uma empresa pública, com exceção de:

- a) São Pessoas Jurídicas de Direito Privado.

- b) Criação por meio de autorização de lei específica e registro dos atos constitutivos em seguida.
- c) Seus empregados públicos são estatutários.
- d) Seu objeto é a exploração de atividades econômicas e prestação de serviços públicos.

70. Para podermos atingir os objetivos da organização e da área de Gestão de Pessoas, necessitamos atuar em diversos processos e necessidades – tanto da organização quanto dos funcionários. O processo de Gestão de Pessoas que engloba a gestão por competências e a gestão do conhecimento é a

- a) Recompensar pessoas.
- b) Manter pessoas.
- c) Aplicar pessoas.
- d) Desenvolver pessoas.

71. A área de Gestão de Pessoas é muito importante. Alguns dos seus objetivos incluem, com exceção de:

- a) Ajudar a organização a alcançar seus objetivos e realizar sua missão.
- b) Aumentar a competitividade entre os colegas de trabalho.
- c) Proporcionar à organização pessoas bem treinadas e bem motivadas.
- d) Aumentar ao máximo a satisfação do trabalhador no trabalho e sua atualização profissional.

72. De acordo com Chiavenato, “O equilíbrio organizacional reflete o êxito da organização em remunerar seus participantes (com dinheiro ou satisfações não-materiais) e motivá-los a continuarem fazendo parte da organização, garantindo com isso sua sobrevivência.”

De acordo com Chiavenato, os princípios básicos desta teoria são, com exceção de:

- a) Os participantes manterão suas participações na organização sempre que os incentivos que lhe são oferecidos forem inferiores do que as contribuições que lhe são exigidos.
- b) Os participantes recebem recompensas em troca das contribuições que fazem para a organização.
- c) As contribuições oferecidas pelos participantes são utilizadas pela organização para que as recompensas sejam interessantes e possíveis.
- d) A organização continuará existindo somente enquanto as contribuições forem suficientes para proporcionar incentivos em qualidade bastante para induzirem os participantes à prestação de contribuições.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA**

73. Com relação aos instrumentos de transparência previstos da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; resultado fiscal e as versões desses documentos.
- b) Todos os Poderes, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais independentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia.
- c) Os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a receita, informações relativas ao lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários
- d) A prestação de contas da União conterà demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e investimento das estatais e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

74. Com relação às atribuições da Lei de Diretrizes Orçamentárias previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a opção INCORRETA.

- a) A lei de diretrizes orçamentárias disporá também sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, bem como critérios e forma de limitação de empenho.
- b) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

c) Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes

d) A mensagem que encaminhar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias da União apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subsequente.

75. A Lei de Responsabilidade Fiscal apresenta diversos conceitos relativos ao endividamento público. Com relação a esse tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) dívida pública mobiliária é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

b) Refinanciamento é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

c) As operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento também integram a dívida pública consolidada

d) O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, exceto e atualização monetária.

76. Considere os seguintes dados obtidos do setor de contabilidade de determinado ente federativo:

Ativo Financeiro 15.000

Excesso de arrecadação nos 6 primeiros meses do exercício 5.500

Passivo Financeiro 8.000

Créditos adicionais reabertos 2.400

Créditos extraordinários abertos 1.300

Operações de créditos autorizadas no período 1.800

Economia de despesa 5.900

Em relação às fontes de abertura de créditos adicionais, marque a alternativa CORRETA:

- a) O montante de superávit financeiro disponível para abertura de créditos adicionais é de 5.700
- b) O excesso de arrecadação disponível para a abertura de créditos adicionais é de 3.100.
- c) O montante disponível para abertura de créditos adicionais é de 14.300.
- d) A economia de despesa não é considerada fonte de abertura de créditos adicionais, sendo que a operação de crédito poderá ser utilizada para abertura de um crédito especial.

77. Considerando a classificação da despesa prevista na Lei 4.320/64, marque a alternativa CORRETA.

- a) Tanto as subvenções sociais, quanto as econômicas são consideradas despesas correntes, ao passo que auxílios são classificados como transferências de capital.
- b) O aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras é classificado como despesa de capital em investimentos.
- c) As Contribuições de Previdência Social é classificada como despesa de custeio com pessoal civil.
- d) A amortização da dívida pública é classificada como inversão financeira.

78. Considere as seguintes receitas públicas:

Arrecadação de ICMS – 250

Serviços Portuários – 35

Dívida ativa tributária – 50

Operações de crédito – 175

Taxa de limpeza pública – 80

Alienação de bens – 85

Compensação Financeira – 35

Emissão de papel moeda – 90

Indenizações e restituições - 70

Considerando as receitas listadas, marque a alternativa correta:

- a) O montante de receita corrente – outras receitas correntes é de 120.
- b) A receita de compensação financeira é classificada como receita de capital – amortização de empréstimos.
- c) O total das receitas correntes é de 520
- d) Todas as receitas apresentadas são orçamentárias.

79. A elaboração do orçamento público exige muitos conhecimentos técnicos, bem como conhecimento de técnicas para sua elaboração. Consoante esse tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O orçamento programa somente foi efetivamente implementado no final da década de 90, apesar de constar na legislação brasileira desde a década de 60.
- b) O orçamento tradicional não possui foco em metas e resultados, sendo, uma de suas características, a ênfase contábil no controle das despesas públicas.
- c) O orçamento por desempenho ou realizações possui foco em metas e resultados e, assim como o orçamento programa, está orientado por um planejamento central que estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas para a administração pública.
- d) O orçamento participativo não consiste em técnica orçamentária autônoma, sendo identificado pela participação popular no processo de planejamento e seleção de prioridades na alocação dos recursos públicos.

80. A respeito do ciclo orçamentário no Brasil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os projetos de Lei Orçamentária Anual e do Plano Plurianual poderão ser rejeitados durante sua tramitação, diferentemente do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentária, o qual não poderá ser rejeitado.
- b) O Chefe do Poder Executivo, após o envio do projeto ao Poder Legislativo, não poderá propor alterações no texto em tramitação, uma vez que as emendas aos projetos de lei são prerrogativas dos membros do Poder Legislativo.
- c) Uma vez enviado o projeto para apreciação legislativa, não poderá ser feita a reestimativa da receita e, conseqüentemente, não poderá ser alterada a despesa.
- d) São fontes para a apresentação de emendas a anulação de dotação, reestimativa de receita e operações de crédito.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TRE-PA-Técnico-05-01-20>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE